

Governo pode converter dívida em exportação

Aldori Silva



Assunto principal da visita do Bird foi empréstimo de US\$ 500 milhões para programas sociais

Sônia Mossri

O pagamento de uma parcela da dívida externa brasileira através de contratos para entrega futura de produtos para a exportação, em períodos variando de 5 a 10 anos, com mais cinco anos de carência, é a mais nova proposta que o Governo está examinando para conversão da dívida em investimentos diretos.

Essa alternativa envolve uma pauta variada para exportação, indo de produtos agrícolas, manufaturados, siderúrgicos e petroquímicos, passando até mesmo pela prestação de serviços de consultoria. Fontes da área econômica garantem que já existem candidatos potenciais entre os credores norte-americanos para esse sistema de pagamento da dívida externa brasileira por intermédio da exportação futura.

O Ministério da Fazenda, o Banco Central e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República também analisam novos mecanismos para leilão da dívida externa, o qual funcionaria diferentemente da conversão nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo. O mecanismo em estudo prevê o direcionamento de capitais de risco para áreas de investimento consideradas prioritárias pelo Governo.

Siderurgia

Conforme as prioridades fixadas pelo Governo, as vantagens seriam maiores ou menores, como percentuais superiores ou inferiores para os deságios, maior agilidade na

operação e condições diferenciadas na área tributária. As aplicações no setor siderúrgico, que exige investimentos de grande porte nos próximos dez anos para manter o atendimento à demanda interna sem abrir mão da fatia conquistada no mercado internacional, já são apontadas como uma das principais prioridades para esse sistema, especialmente junto ao Ministério da Indústria e Comércio.

O teste inicial para a conversão da dívida em investimentos diretos ocorrerá através do mercado acionário, mesmo que esse sistema não atue como substituto da capitalização direta em novos investimentos. Com essa experiência prévia, o Banco Central terá mais condições operacionais para gerenciar novas formas de conversões, especialmente com a ampliação do volume de recursos externos que será destinado ao capital de risco.

Os técnicos da área econômica procuram frisar que a conversão da dívida em investimentos diretos não pode ser encarada como a solução permanente para a dívida externa brasileira de mais de US\$ 111 bilhões. Já são esperados dificuldades e obstáculos diante do conservadorismo dos bancos comerciais, que ainda não estão acostumados a esse tipo de operação. Especialmente com relação às transações em bolsas, que apresentam os riscos da variação das ações, além de restrições no âmbito da regulamentação dos próprios países credores.